

Poder mais e poder menos

Depois da amarga experiência com o sr. Dilson Funaro, que lhe garantiu que a inflação terminara no Brasil, o presidente José Sarney parece disposto a assumir pessoalmente o controle das ações que, segundo sua concepção, cabem a quem governa. Assim, enquanto incumbe o ministro da Fazenda de elaborar o plano sobre o qual o Executivo espera conduzir suas negociações com os bancos credores no Exterior, o chefe de Estado trabalha para que o seu controle pessoal sobre a máquina se amplie. O senador Mário Covas tem razão quando diz que o presidente da República não necessita de baixar decretos para que se faça isso ou aquilo, desde que sua vontade esteja amparada pela lei. O chefe do Executivo pensa o contrário; tendo em vista que o plano econômico do professor Bresser Pereira pode colidir com suas intenções, o presidente Sarney baixa decretos para que o ministro da Fazenda, seu subordinado, saiba que "um poder mais alto se elevanta" em Brasília. Essa história de o presidente fazer decretos para dizer ao ministro da Fazenda quem manda seria motivo de mofa se não fosse deletéria para a ação governamental. E mais deletéria se torna porque o professor Bresser Pereira referenda decretos desse calibre, como se as coisas não lhe dissessem respeito.

Aliás, parecem não dizer mesmo. Essa conclusão é a única que se pode tirar da leitura de decreto publicado sexta-feira última, pelo qual o ministro do Planejamento assume maiores poderes na direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e a Seplan passa a ter papel decisivo na aprovação dos projetos encaminhados à consideração do Conselho de Orientação do FND. Se

o ministro da Fazenda referendou tal decreto, é porque não é de sua alçada saber quem terá maior poder na alocação dos recursos do compulsório, se a Fazenda, se o Planejamento. A opinião pública, no entanto, é levada a crer que a alocação desses recursos diz respeito ao Ministério da Fazenda, pois o plano de recuperação da economia é de responsabilidade do titular da pasta e a alocação dos recursos do FND pode comprometer qualquer política de reconstrução que se queira desenvolver.

A visão que se tem do problema, aqui da planície, sem dúvida é partilhada pelos que decidem no Planalto. Tanto assim que o reforço dos poderes da Seplan — hoje ocupada por pessoa da confiança direta do presidente da República, ademais responsável pelo que se diz ser o êxito do plano de distribuição de leite para as crianças carentes (motivo de eterna gratidão do chefe do Executivo) — é cuidadosamente alicerçado em um decreto, que necessariamente teve de trazer a assinatura do professor Bresser Pereira. Ora, para que cuidaria o presidente de diminuir os poderes do Ministério da Fazenda no FND? Tudo indica, e tudo leva a crer, que é porque o professor Bresser Pereira, falando com bom senso, já deu a entender que a Ferrovia Norte-Sul só poderá ser construída se houver recursos suficientes para tanto.

Ainda que a redistribuição do "personograma" no FND não tenha por objetivo precípua dar ao presidente José Sarney a possibilidade de alocar recursos à construção da Ferrovia Norte-Sul, ela reforça os poderes do ministro do Planejamento em área que a rigor deveria ser gerida pelos responsáveis pela elaboração e aplicação do plano

econômico. Não se concebe que numa hora tão delicada como esta recursos tão vultosos quanto os arrecadados com o empréstimo compulsório sejam aplicados sem o controle do ministro da Fazenda, responsável direto pela recuperação das finanças e da economia. Ora, ao reforçar os poderes da Seplan e, especificamente, ao atribuir ao ministro Aluísio Teixeira a vice-presidência do Conselho de Orientação do FND, o presidente da República apenas tornou público, desde que o ministro Bresser Pereira deu indícios de não aprovar a aventureira Norte-Sul, o propósito de trazer o FND para mais perto de si, evitando assim um conflito de competências extremamente danoso para a imagem do governo, aliás já desgastada. O decreto publicado sexta-feira não elimina a possibilidade de conflitos entre a Seplan e a Fazenda; pelo contrário, agrava-a. Seria o caso de perguntar se essa não é a intenção do chefe do Executivo, a fim de tornar mais incômodo o exercício de suas funções pelo sr. Bresser Pereira, que reconhecidamente não foi escolhido pelo presidente da República, mas indicado pelo sr. Ulysses Guimarães.

Estranha maneira de governar: o que pode mais fica apoquentando a paciência do que pode menos, para que esse, constrangido, dê o lugar a outro. Mais curioso, no entanto, é ver o comportamento do ministro da Fazenda, que, por sua vez, referenda, ao que parece sem protesto, decreto que diminui seus poderes de controle sobre os gastos públicos. Mais uma situação que retrata o Brasil de hoje — enquanto a economia ameaça soçobrar, o presidente dá a seu ministro demonstrações de quem tem mais poder.